

Introdução

No Brasil, as ocupações de terras e a montagem de acampamentos, se tornaram, nos últimos 30 anos, uma forma “adequada” de demandar terra e outros benefícios ao Estado. Sigaud (2000) propõe que a “forma acampamento”, como modelo de demanda, é hoje em dia uma linguagem social, entendida e compartilhada pelos demandantes de terra, pelos movimentos, e pelo Estado. Ou seja, aqueles que desejam um pedaço de terra devem ocupar a terra, montar um acampamento organizado por um *movimento* e, a partir desse momento, fazer suas demandas ao Estado. Até pouco tempo atrás essa forma de demanda estava associada somente aos movimentos sem-terra e a trabalhadores rurais, no entanto, nos últimos cinco anos encontramos novidades no cenário rural. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA-UNESP), o movimento indígena ocupa hoje o quinto lugar em ocupações de terra e montagem de acampamentos no Brasil. No caso estudado, o único registrado no estado de São Paulo, grupos indígenas que reivindicam uma origem Guarani Nhandeva tem se utilizado da “forma acampamento” para reivindicar terras consideradas por eles como “tradicionais” ou “ancestrais”. É o caso de três acampamentos-aldeias montados e organizados no sul do estado de São Paulo, nos municípios de Barão de Antonina e Itaporanga.

Metodologia

Através de um levantamento etnográfico (observação participante, entrevistas e registro em diário de campo), em dois, dos três acampamentos-aldeias, foram levantadas informações sobre a sociogênese da ocupação, tais como: a situação das terras em disputa, a origem dos demandantes de terra e da formação do grupo, as alianças estabelecidas com autoridades locais, número de famílias, laços de parentesco, formas de subsistência e a forma de organização social e espacial do acampamento. Foi realizado também um levantamento de dados quantitativos nas principais bases de dados que contabilizam número de ocupações e acampamentos no estado, assim como uma pesquisa bibliográfica que permitiu uma perspectiva geral do que já foi produzido sobre ocupações de terras realizadas por grupos indígenas e novas formas de demanda social.

Resultados e Discussão

Em 2005, um grupo de 30 famílias, com aproximadamente 80 pessoas, saíram da reserva indígena de Araribá, no município de Avaí-SP e ocuparam, de madrugada, ao estilo das ocupações realizadas pelos sem-terra, um mosteiro localizado em uma área rural pertencente à congregação dos monges Cirsticenses, no município de Itaporanga-SP. O grupo de indígenas, através dessa ocupação, estava reivindicando o direito ancestral àquela terra. A descoberta da possibilidade de obterem aquela terra, conhecida antigamente como “Mata dos Índios”, foi feita por Claudemir Marcolino, primo do atual cacique e líder do grupo que ocupou o mosteiro. O levantamento de dados realizado por Marcolino foi feito em cartórios e paróquias da região, mas também em publicações do antropólogo alemão Curt Nimuendajú, que faz uma descrição da chegada de índios guaranis a essas terras, no ano de 1850, e do momento em que foram transferidos, por intermédio do próprio Nimuendajú, para a reserva de Araribá, devido à pressão dos proprietários da região. Com a chegada do grupo de famílias ao local da ocupação foi iniciado um diálogo com o Estado (FUNAI) e se deu início ao processo do “laudo antropológico”. A ocupação e a montagem do acampamento funcionou, tal como no caso dos sem-terra, como uma linguagem simbólica, como uma maneira de “dizer” que essa é a terra que se desejava. Os proprietários da região também entenderam a “linguagem” e tentaram estabelecer acordos com os indígenas para alocá-los em um pedaço de terra comprado por dois grandes proprietários da região, para que, em troca, os indígenas abrissem uma brecha para negociar possíveis mudanças em sua demanda por terra. Após algumas tentativas de negociação, sem êxito, e de saídas e retornos à terra dos monges, os índios, que hoje em dia somam um total de 12 famílias fizeram trocas, em forma de acordos e alianças, com outro proprietário rural da região que permitiu que ficassem em uma área da sua propriedade.



Conclusões

Apesar das ocupações e acampamentos seguirem um modelo, uma “forma acampamento”, existem particularidades que dependem de quem organiza o acampamento, das trajetórias sociais das lideranças envolvidas, da origem, das trajetórias e das características das famílias que ocupam as terras assim como das características da região onde os acampamentos são montados e das alianças e acordos estabelecidos com proprietários ou fazendeiros locais, políticos e representantes do Estado. As variações desse modelo de demanda coletiva é o que Loera (2010) chama de *formas de acampamento*.

As ocupações e acampamentos indígenas são uma nova “forma de acampamento”, que ainda que apresente características comuns aos acampamentos montados pelos sem-terra, são organizados por caciques ou lideranças que se tornam figuras centrais nas negociações com o Estado e com autoridades locais. As famílias são mobilizadas também de maneira bastante similar aos movimentos sem-terra se apoiando em laços de parentesco e aproveitando também um capital simbólico e de relações. No entanto, nessas ocupações, se formam novas *aldeias* e se reproduz, nas terras ocupadas, a organização social e espacial que o grupo mantinha em suas terras tradicionais. Na região de Itaporanga e de Barão de Antonina os grupos demandantes de terra formam o que temos chamado de “acampamentos-aldeias” termo que traduz também o caráter provisório do assentamento indígena, em processo de reconhecimento pelo Estado (FUNAI).

Referências Bibliográficas

- LOERA, Nashieli. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.
- LOERA, R. Nashieli. *As formas de acampamento*. Projeto de pesquisa jovem pesquisador. Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de São Paulo. Processo n. 2010/02331-6, 2010-2012.
- NIMUENDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo*. São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1987.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento”, *Revista Novos Estudos*, no 58. São Paulo: Cebrap, nov., 2000.
- SIGAUD, Lygia, ROSA, Marcelo e MACEDO, Marcelo. “Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao estado: uma análise em perspectiva comparada”, *Dados*, 51 (1), 2008.

Esta pesquisa de iniciação científica é financiada pela FAPESP sob Nº de Processo 2010/15922-2, e se insere dentro de uma pesquisa maior intitulada “As formas de acampamento” (Processo Nº 2010/02331-6) coordenada pela Profª. Dra. Nashieli Rangel Loera (CERES/IFCH/Unicamp) com financiamento da FAPESP.